

A crise do Estado de Bem-Estar Social e a expansão da condição periférica: breves reflexões sobre a periferização do mundo através das lentes de Ken Loach

Victor Pimentel Ferreira¹

O texto presente tem como principal objetivo argumentar que a crise do Estado de Bem-Estar Social pode ser lida como um indicador da expansão da condição periférica em âmbito global. Objetivando uma qualificação mais aprofundada da categoria de “periferização do mundo”, mobilizo, além de referências contemporâneas do campo da teoria social, os dois últimos filmes do cineasta britânico Ken Loach: *Eu, Daniel Blake* (2016) e *Você Não Estava Aqui* (2019). A aposta é que o cruzamento entre a bibliografia selecionada e tais produções audiovisuais possa desempenhar um papel crítico relevante no mapeamento da reflexão em questão.

Palavras-chave: periferização, crise, Estado, socialdemocracia, trabalho.

The crisis of the welfare state and the expansion of the peripheral condition: brief reflections on the peripherization of the world through the lens of Ken Loach aims to argue that the crisis of the Welfare State can be read as an indicator of the expansion of the peripheral condition at a global level. Aiming at a deeper qualification of the category "peripheralization of the world", I mobilize, besides contemporary references from the field of social theory, the two latest films by British filmmaker Ken Loach: *I, Daniel Blake* (2016) and *Sorry We Missed You* (2019). The bet is that the intersection between the selected bibliography and such audiovisual productions can play a relevant critical role in mapping the reflection in question.

Keywords: peripheralization, crisis, state, social-democracy, work.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFRJ). Email: victor.pimentelferreira@gmail.com

Reforma, revolução e o Estado de Bem-Estar Social

Bernstein e Rosa Luxemburgo

O desenvolvimento e a consolidação do *welfare state* em boa parte dos países capitalistas do centro do mundo ocidental entre 1945 e meados da década de 1970 constitui, sem sombra de dúvidas, um dos fenômenos sociais e políticos mais importantes do século XX. Embora se refira a um fenômeno restrito ao centro do capitalismo, é praticamente impossível falar sobre transformações e crises desse modo de produção sem trazer à tona as consequências, impactos e influências da experiência do Estado de Bem-Estar Social sobre o sistema capitalista em geral. Assim como demais fenômenos históricos, o *welfare state* é tributário de diversos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que o precederam – tais como o estágio final da Revolução Industrial, a emergência da fábrica como espaço de formação da classe operária, a crise de 1929, as duas grandes guerras mundiais etc.

Na esteira de tais episódios históricos, intelectuais associados a diferentes espectros políticos também movimentaram o campo teórico a partir de reflexões e análises críticas a respeito das transformações sociais substantivas ocorridas neste período. Dentro do campo da esquerda, por exemplo, as discussões empreendidas por Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein figuram não só como um dos principais debates teóricos da época, como também representaram um importante espaço de elaboração de ideias cujas reflexões desempenharam papel decisivo na posterior consolidação do Estado de Bem-Estar Social.

Rosa e Bernstein representam duas das principais lideranças do Partido Socialdemocrata Alemão, fundado em 1865. Ainda que possamos situá-los no campo político da esquerda, ambos possuíam visões distintas a respeito das consequências políticas do legado teórico do marxismo. Para Bernstein, por exemplo, o processo de modificação do capitalismo rumo a uma sociedade mais justa e igualitária demandava uma postura verdadeiramente comprometida com a revisão de postulados e premissas básicas do socialismo científico. Com isso, objetivava-se realizar uma crítica cujas consistência e força analítica pudessem eliminar certos “erros dogmáticos” do marxismo, que trariam barreiras para o movimento de transformação da sociedade capitalista.

Um dos principais “alvos” do revisionismo de Bernstein é a questão da revolução. De acordo com um certo tipo de corrente marxista, o desenvolvimento do capitalismo produz de forma inevitável o aprofundamento dos antagonismos de classe entre a burguesia e o proletariado através da efetivação de sucessivas crises. Estas, por sua vez, nascem da necessidade incessante de acumulação e autovalorização do capital – algo inerente à própria estrutura do sistema capitalista.

Dessa maneira, as crises do capital intensificam o gradativo esgarçamento do tecido social e, assim, criam o terreno propício para a efetivação da revolução proletária. Considerando que o desenvolvimento do sistema capitalista caminha em paralelo com a efetivação de crises cada vez mais agudas e regulares, a tomada do poder pelo operariado

também seria inevitável – o fim da história aponta, invariavelmente, para o socialismo². Para Bernsein, tal inexorabilidade do movimento histórico rumo à derrocada do capitalismo constitui um equívoco da abordagem marxiana – não é possível afirmar com exatidão que o sistema capitalista acabará em algum momento. Diante disso, torna-se também pouco proveitosa a estratégia de mobilização da classe trabalhadora tendo em vista à consumação da revolução.

Contudo, isso não significa que o autor abandone o projeto socialista como construção política de uma sociedade mais justa, igualitária e cooperativa. Segundo Bernstein, a caminhada para o socialismo não demanda necessariamente a “via da força” – isto é, a tomada do poder pela classe trabalhadora, a instituição da ditadura do proletariado e a consequente supressão das classes sociais –, mas a efetivação de reformas graduais cujos conteúdos estejam alicerçados na multiplicação de cooperativas produtivas, na intensificação do poder sindical e na ampliação da democracia parlamentar. Dessa forma, o pensador alemão enxerga no sistema democrático o meio por excelência para o desenvolvimento do socialismo.

Diante disso, a atuação dos partidos políticos, a força dos sindicatos e a possibilidade do voto universal figuram como aspectos de grande relevância no movimento de transformação gradativa do sistema capitalista rumo ao socialismo democrático. Nesse sentido, a “via da luta parlamentar” constitui uma alternativa “mais forte do que o esquema revolucionário, onde os preconceitos e os horizontes limitados da grande massa do povo surgem como grande obstáculo ao progresso social” (BERNSTEIN, 1997, p. 156), possibilitando a criação “de condições econômicas permanentes e capazes de durar para sempre” (*Idem*).

Rosa Luxemburgo, por sua vez, encontra-se no polo oposto da discussão em questão. Para ela, as reformas do sistema capitalista são ferramentas importantes na luta pelo socialismo, uma vez que as alterações nas condições materiais dos trabalhadores abrem maiores brechas para a mobilização da classe como um todo. No entanto, “a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim” (LUXEMBURGO, 2004, p. 1) – ou seja, os projetos reformistas não podem ser entendidos como o ponto de chegada do processo político, mas sim como meios para uma finalidade maior: a revolução do proletariado. Assim, a partir de tal visão, Rosa Luxemburgo tece duras e consistentes críticas às elaborações teóricas de Bernstein.

Segundo a pensadora polaco-alemã, as ideias de Bernstein não visam à superação das contradições constitutivas do sistema capitalista, mas a sua atenuação. Em sua visão,

² Parte das inspirações desse tipo de visão pode ser encontrada em *Prefácio a Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2013a). Desse texto, é possível depreender um certo raciocínio razoavelmente “etapista” – primeiro, há uma espécie de “convivência harmoniosa” entre relações sociais de produção e forças produtivas e só posteriormente surge um descompasso entre essas duas esferas – e “determinista”, uma vez que tal disjunção só pode ser resolvida por meio da subversão do modo de produção em questão e pela formação de uma nova sociedade. Além disso, Marx também dá ênfase ao fato de que um modo de produção sempre carrega em seu interior as “sementes” do próximo ordenamento social que surgirá a partir de seu declínio. É exatamente nesse sentido que ele afirma, no *Manifesto do Partido Comunista*, que “o que ela [a burguesia] produz é, sobretudo, seu próprio coveiro”. Portanto, “sua derrota e a vitória do proletariado são, ambas, inevitáveis” (MARX, 2013b).

o objetivo primordial do revisionismo é a elaboração de uma espécie de “‘adaptação’ da economia capitalista” (LUXEMBURGO, 2004, p. 19) – no máximo, um movimento de “travagem do desenvolvimento capitalista” (*Idem*). Nesse sentido, por buscar na própria configuração social capitalista as ferramentas para a resolução dos impasses estruturantes do sistema capitalista, os argumentos de Bernstein constituem uma tentativa “reacionária e não revolucionária” (LUXEMBURGO, 2004, p. 21).

Sobre esse ponto, a questão da democracia é bastante elucidativa. Como vimos, para Bernstein, a via da luta parlamentar em direção à consolidação do sistema democrático representa o caminho por excelência para o desenvolvimento do socialismo. Embora defendesse igualmente o fortalecimento da democracia, Rosa Luxemburgo também nutria profundas críticas às instituições formalmente democráticas, uma vez que estas “reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante” (LUXEMBURGO, 2004, p. 16)³. Assim, para ela, apenas por meio da ditadura do proletariado seria possível construir as bases materiais para uma verdadeira participação ativa do povo – ou seja, a elaboração de um regime consistentemente democrático demandava a consumação da revolução do operariado.

O fenômeno histórico da socialdemocracia

O debate brevemente apresentado acima entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo explicita algumas das questões fundamentais que atravessaram a movimentação geral dos partidos de esquerda durante boa parte da primeira metade do século XX. Os embates teóricos entre reformismo/revisionismo e política revolucionária influenciaram decisivamente o desenvolvimento da socialdemocracia como fenômeno histórico fundamental experimentado pela maioria dos países capitalistas centrais após as duas grandes guerras mundiais. Além de ter colaborado para a ulterior consolidação do Estado de Bem-Estar Social, tal fenômeno histórico também contribuiu na reatualização de alguns problemas e impasses do debate.

Utilizando como base as reflexões teóricas de Adam Przeworski (1988), é possível ressaltar aspectos importantes da experiência em questão. Em primeiro lugar, segundo o cientista político polonês, a expansão dos partidos socialdemocratas na Europa ocorreu em paralelo à adesão prática de tais instituições às ideias reformistas de Bernstein – isto é, à percepção de que reformas no sistema capitalista caminham gradativamente para o desenvolvimento do socialismo. Dessa forma, considerando que a democracia possibilita a participação política da classe trabalhadora como força institucional, os partidos socialdemocratas começaram a apostar firmemente na via da luta parlamentar e no potencial transformador das eleições. Assim, alguns dilemas organizacionais também

³ Importante ressaltar que as críticas de Rosa Luxemburgo também se direcionavam a algumas parcelas do marxismo-leninista. Segundo Rosa, na prática, o papel de “vanguarda” desempenhado pelo partido leninista representava, não raras vezes, uma profunda oligarquização da estrutura partidária. Neste sentido, a tarefa primordial do partido - isto é, a capacitação dos trabalhadores para a luta pelo socialismo -, deveria ser efetivada através da construção de um verdadeiro partido de massas.

passaram a assumir aspecto mais proeminente, uma vez que “um partido que participa em eleições precisa abandonar algumas táticas alternativas” (PRZEWORSKI, 1988, p. 49).

Em segundo lugar, a opção pela via parlamentar reforçou expectativas em relação ao desempenho dos partidos socialdemocratas nas eleições. Considerando que o voto constitui uma ferramenta política baseada na força numérica, os cálculos das lideranças socialdemocratas apontavam para um futuro quase que inevitavelmente conduzido pela massa trabalhadora – afinal, o “aumento do número de pessoas que vendem sua força de trabalho por um salário não era acidental, temporário ou reversível” (PRZEWORSKI, 1988, p. 52). De fato, inicialmente, o crescimento vertiginoso dos partidos socialdemocratas reforçou as expectativas em jogo. Contudo, a inserção aprofundada no jogo parlamentar também iluminou novos problemas para as táticas organizacionais de tais instituições, uma vez que “esse proletariado não era e nunca tornou-se a maioria numérica dos eleitores de qualquer sociedade” (PRZEWORSKI, 1988, p. 58).

Assim, os partidos socialdemocratas se depararam com um dilema fundamental. Se, por um lado, eles objetivavam representar a classe trabalhadora e lutar prioritariamente pela melhoria de suas condições materiais e pelo socialismo; por outro, a efetivação de uma gestão governamental de caráter socialdemocrata demandava a filiação de tais partidos a demais grupos políticos e classes sociais. Dessa maneira, percebia-se gradativamente a necessidade de a socialdemocracia construir projetos políticos que não representassem fundamentalmente os trabalhadores como classe, mas sim as “massas”, enfraquecendo “a proeminência geral da classe como um determinante no comportamento político dos indivíduos” (PRZEWORSKI, 1988, p. 62).

Por fim, a construção da teoria econômica de John Maynard Keynes caiu como uma luva para os intentos institucionais dos partidos socialdemocratas. Nas elaborações teóricas do keynesianismo, a socialdemocracia encontrou “uma política distinta para a administração da economia capitalista” (PRZEWORSKI, 1988, p. 71). A adesão a tal receituário econômico permitiu o abandono de medidas políticas que causavam grande rejeição no eleitorado em geral ao suscitarem a possibilidade de intensificação de crises econômicas – por exemplo, a proposta de nacionalização da economia como operação basilar rumo a socialização dos meios de produção.

Nesse sentido, a teoria keynesiana inaugurou uma nova possibilidade de ação política para os partidos socialdemocratas: não mais as reformas graduais rumo ao socialismo, mas sim a atenuação dos “efeitos do jogo do livre mercado” (PRZEWORSKI, 1988, p. 73). Assim, o projeto político da socialdemocracia passou a enfatizar o papel do Estado como ator político fundamental no que diz respeito à gestão da economia nacional, responsável pela promoção do “bem-estar social” a partir de intervenções baseadas em critérios de eficiência, e não de distribuição – isto é, a partir de uma política que “não visa transformar o sistema econômico, mas sim corrigir os efeitos de sua operação” (PRZEWORSKI, 1988, p. 75).

A consolidação do Estado de Bem-Estar Social

As reflexões empreendidas por Przeworski (1988) já adiantam alguns aspectos gerais do fenômeno de consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente entre 1945 e 1970, os partidos socialdemocratas dos países capitalistas centrais, em conjunto com o papel fundamental de condições políticas e sociais favoráveis, capitanearam os chamados “anos de ouro” do sistema capitalista. Nessa seção, apresento brevemente características gerais da configuração social do período em questão como forma de fundamentar a continuação do debate empreendido nas partes restantes do texto.

De acordo com Kerstenetzky (2012), podemos pensar numa definição básica e inicial de Estado de Bem-Estar Social a partir da conceituação do *welfare state* como “um conjunto histórica e institucionalmente moldado de intervenções públicas visando à promoção do bem-estar e envolvendo redistribuição” (KERSTENETZSKY, 2012, p. 61). Como trabalhado por Przeworski (1988), tais intervenções são baseadas numa atuação proativa do aparato estatal em relação às movimentações das forças do livre mercado. Dessa maneira, o aspecto distintivo da relação do *welfare state* em relação ao campo da economia consistiria na efetivação de operações de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991) – isto é, na construção de programas de bem-estar que possibilitem o fornecimento de “alternativas genuínas à dependência em relação ao mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 103). Nesse sentido, o Estado de Bem-Estar seria responsável pela construção de condições sociais que diminuiriam minimamente a dependência fundamental do indivíduo em relação ao mercado como espaço privilegiado para a manutenção de sua sobrevivência – aspecto que pode ser constatado em programas de transferência de renda, por exemplo⁴.

Em paralelo a tais definições conceituais, Alexandre Guimarães (2015) ressalta algumas características gerais da experiência histórica do Estado de Bem-Estar Social. Para o autor, falar sobre a consolidação do *welfare state* implica inevitavelmente enfatizar o papel fundamental de processos políticos internacionais que constituíram uma “rara combinação de condições favoráveis” (GUIMARÃES, 2015, p. 619). Dentre tais condições, destaca-se o acordo de Bretton Woods, que “concedia aos governos nacionais certa autonomia na promoção dos objetivos nacionais” (*Idem*) e a efetivação do Tratado Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que “contribuiu para altas taxas de crescimento do comércio

⁴ Vale a pena ressaltar as críticas de Sérgio Lessa (2013) às caracterizações costumeiras do Estado de Bem-Estar Social. Segundo o autor, o compromisso entre capital e trabalho estabelecido durante os “anos de ouro” gerou benefícios apenas para uma parcela limitada da classe trabalhadora (“aristocracia operária”), além de não ter contribuído para uma melhora significativa das condições de trabalho do operariado dos países centrais do capitalismo: “O desenvolvimento industrial deu a origem a duas tendências aparentemente opostas, mas na verdade, complementares. A primeira são os crescentes parcelamentos dos processos de trabalho e a decorrente especialização dos operários. As tarefas são decompostas em seus movimentos mais elementares e, a seguir, tais movimentos passam por um rearranjo para possibilitar maior produtividade. O resultado é uma rotina de trabalho insuportavelmente monótona, repetitiva e mecânica, com um não menos desumano e rigoroso controle e pressão sobre os trabalhadores. Para que esta organização taylorizada da produção fosse possível, era necessária a presença de uma camada de operários cada vez mais especializados, que vão produzir as máquinas e ferramentas a serem empregadas nas rotinas. [...] Esta diferenciação entre os operários faz parte de um processo [...] de aumento da diferenciação entre a aristocracia e a massa dos operários” (LESSA, 2013, p. 97-98).

internacional” (*Idem*). Além disso, o desenvolvimento aprofundado do modelo fordista de produção, baseado na produção e no consumo em massa, foi responsável pela conformação de uma configuração social marcada por uma demanda continuamente aquecida e pela constituição de uma classe trabalhadora altamente sindicalizada cuja forte atuação pressionava o aumento constante dos salários e a garantia de direitos básicos.

Não podemos deixar de ressaltar que a enumeração de características gerais da experiência histórica do *welfare state* não apaga as especificidades dos diferentes regimes de Estado de Bem-Estar Social que vigoraram na Europa durante esse período. Os textos de Esping-Andersen (1991) e Guimarães (2015) figuram como exemplos relevantes da variedade de políticas públicas e graus distintos de “desmercadorização” aplicados por diferentes conjuntos de países que gozaram da experiência do *welfare state*. Ademais, as elaborações teóricas profundamente consistentes desenvolvidas em Kerstenetzky (2012) também contribuem para a complexificação do debate a respeito da consolidação e crise do Estado de Bem-Estar Social. Ao optarmos pela não explicitação do debate a respeito das “variedades de *welfare state*”, não propomos um afastamento total de tais ideias. Contudo, para os intentos desse texto, o tratamento de características mais amplas (e menos específicas) da experiência do Estado de Bem-Estar Social aparece como um caminho profícuo para o desenvolvimento das discussões em questão.

O gradativo esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social

A partir da década de 1970, alterações sociais e econômicas na conjuntura política global impactaram decisivamente a dinâmica dos *welfare state* então vigentes. De acordo com Guimarães (2015), tais modificações evidenciaram o “quão dependente o edifício social-democrata era do desempenho da economia” (GUIMARÃES, 2015, p. 620). A partir de Belluzzo (1995) e Guimarães (2015), podemos elencar dois dos fatores mais relevantes do processo de gradativo esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social, iniciado em meados dos anos 1970.

Em primeiro lugar, o declínio do Acordo de Bretton Woods possibilitou o surgimento de mercados financeiros profundamente globalizados. Se, anteriormente, os Estados Unidos da América (EUA) haviam se posicionado no sistema geopolítico ocidental como o principal credor das economias europeias, agora, neste novo contexto, diversos países do velho continente já haviam conseguido reestruturar suas bases industriais e, assim, passaram a representar verdadeiros competidores no mercado internacional. Junto a isso, a crise de Bretton Woods também abriu brechas significativas para a desregulamentação do mercado financeiro por meio de estímulos para o “surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais” (BELLUZZO, 1995, p. 15). Tal processo de internacionalização, financeirização e desregulamentação da economia do sistema capitalista em geral também suscitou o incremento da “classe de

gestores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014), que passaram a figurar como importantes atores sociais e políticos desta nova configuração social.

Em segundo lugar, o esgotamento do sistema de produção fordista acarretou “o estancamento do ritmo de crescimento da produtividade” (GUIMARÃES, 2015, p. 620). Nesse contexto, novos modelos de organização da produção encontraram um ambiente fértil para o seu crescimento. Este foi o caso da expansão do receituário *toyotista*, por exemplo, cujas bases estão fundamentadas sobre mecanismos de flexibilização salarial e da jornada de trabalho, expansão da terceirização, conformação da “produção enxuta” etc. (RAMALHO; SANTANA, 2004). Dessa maneira, a partir da década de 1970, houve um verdadeiro processo de reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 1992), cujas consequências para boa parte da classe trabalhadora assumiram as formas do aprofundamento dramático da precarização estrutural do trabalho (ABÍLIO, 2015), expansão massiva do setor de serviços (ANTUNES, 2018), desemprego estrutural, e enfraquecimento da mobilização sindical (BRAGA, SANTANA, 2015).

Assim, a partir da década de 1970, a configuração social típica do Estado de Bem-Estar Social, comentada acima, sofre transformações profundas cujas fontes apontam para dimensões distintas do sistema capitalista – mundo do trabalho, mercados internacionais, política institucional etc. Nesse contexto, o advento do neoliberalismo marca o esfacelamento gradativo do *welfare state* a partir da conformação de um tecido social marcado pelo aumento dramático da desigualdade nos países capitalistas centrais (PIKETTY, 2014), estagnação contínua das rendas mais baixas (PRZEWORSKI, 2020) e configuração de uma “era das expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014).

A crise do Estado de Bem-Estar Social e a condição periférica pelas lentes de Ken Loach

A questão da condição periférica

Após percorrer brevemente a formação, consolidação e crise do Estado de Bem-Estar Social, acredito que, nesse momento, o estabelecimento das bases fundamentais da discussão pode colaborar na problematização de alguns debates que atravessam parcialmente os textos mobilizados. Nesta seção, a principal questão a ser desenvolvida diz respeito ao fato de que a crise do Estado de Bem-Estar Social nos países capitalistas centrais parece indicar um processo de expansão de aspectos típicos da experiência social geral dos países periféricos – como a precariedade crescente e a desigualdade social aguda.

Como vimos, a expansão do *welfare state* parecia conseguir conjugar de maneira perspicaz o desenvolvimento do capitalismo, o progresso material e a melhora gradativa das condições de vida de boa parte da classe trabalhadora. Inclusive, de acordo com alguns teóricos da globalização, como Held e McGrew (2001), havia uma sensação generalizada de otimismo nas últimas décadas do século XX, como se caminhássemos para um “espaço social e econômico comum” (HELD; MCGREW, 2001, p. 8). Contudo, as profundas

transformações do sistema capitalista a partir da década de 1970 e o advento do neoliberalismo serviram como um verdadeiro “balde de água fria” em relação a tais expectativas.

Nas últimas décadas, não foram poucos os autores que evidenciaram uma tendência estrutural de precarização generalizada das condições de vida nos países capitalistas centrais. Já na década de 1990, Beck (1999) anunciava um processo de “brasilianização” do mundo, no qual a instabilidade típica da vida em países periféricos estaria se espalhando para o centro do mundo – ou seja, evocando uma profunda generalização do “não há longo prazo”, de Sennett (1999), que marcaria a avaliação da juventude nos dias de hoje em relação ao futuro. Mais recentemente, o filósofo brasileiro Paulo Arantes (2014) tratou da “fratura brasileira do mundo” para discutir o mesmo processo com outros termos. Além disso, autores mais contemporâneos também se debruçaram sobre este tema - como é caso dos Comaroff (2012), ao apresentarem estudos antropológicos a respeito do processo de “africanização” da Europa, e de Achille Mbembe (2020), ao construir a categoria de “devir-negro do mundo” para abordar as dinâmicas atuais do neoliberalismo. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que, atualmente, “um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade” (CANETTIERI, 2020a).

Assim, o esfacelamento gradativo do Estado de Bem-Estar Social aponta para um processo peculiar de aproximação das condições materiais dos países centrais em relação às estruturas tipicamente precárias dos países periféricos. Dessa maneira, há uma espécie de “subversão negativa” das expectativas otimistas em relação à globalização: em vez de um “transbordamento” do progresso material dos países centrais, observamos um verdadeiro avanço da “condição periférica” sobre o centro do capitalismo. Tal condição diz respeito a “uma maneira específica em que a dominação social, a produção social do espaço e a reprodução das relações sociais se realizam” (CANETTIERI, 2020b, p. 7), expressando o deslocamento de aspectos típicos da experiência social periférica para os países centrais – tais como, profundas desigualdades sociais, ausência de amparos institucionais, generalização da “viração” em relação à reprodução social (ABÍLIO, 2017), avanço do mercado informal etc.

Dessa forma, a configuração social global emergente das ruínas do Estado de Bem-Estar Social parece adquirir características cada vez mais disformes, assemelhando-se gradativamente aos aspectos típicos do “ornitorrinco” brasileiro (OLIVEIRA, 2015). Se, anteriormente, o *welfare state* dos países capitalistas centrais marcava o horizonte de expectativas da periferia mundial, hoje acontece o inverso: “são as formas periféricas que indicam o futuro desse desenvolvimento às avessas” (CANETTIERI, 2020b, p. 8). Portanto, no mundo pós-Estado de Bem-Estar Social, “a relação centro-periferia [...] passa por um rearranjo, estando todo o espaço [...] marcado pela precariedade, escassez e um reconhecimento intersubjetivo danificado” (CANETTIERI, 2020b, p. 141).

A condição periférica pelas lentes de Ken Loach

Definindo-se como um “velho socialista ancorado na realidade”⁵, o cineasta britânico Ken Loach é conhecido pelo desenvolvimento de uma produção cinematográfica que “sempre esteve ao lado dos menos favorecidos”⁶. Seus dois últimos filmes – *Eu, Daniel Blake* e *Você Não Estava Aqui* – corroboram tal caracterização: ambos ressaltam, cada um à sua maneira, o que parece ser a experiência contemporânea geral da maior parte da classe trabalhadora na Inglaterra⁷. Dessa forma, acreditamos que uma breve análise crítica dos enredos em questão pode contribuir para o debate a respeito do esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social como indicador da expansão da condição periférica ao redor do mundo.

Contudo, gostaríamos de ressaltar, de antemão, que o presente artigo não pretende realizar uma análise aprofundada dos detalhes das tramas dos filmes escolhidos. De fato, um detalhamento mais consistente a respeito dos elementos diversos que compõem o desenvolvimento dos filmes de Ken Loach ultrapassaria, em larga escala, o escopo deste texto. Dessa maneira, reforçamos que o exame das obras aqui ensaiado não pretende esgotar as formas de conexão entre a bibliografia e os filmes, mas sim argumentar a possibilidade de traçar paralelos e conexões entre as películas do diretor britânico e os debates já mobilizados em torno do Estado de Bem-Estar Social e da periferização do mundo.

Eu, Daniel Blake

Em *Eu, Daniel Blake* (2016), como o título já adianta, acompanhamos alguns dilemas importantes da vida do personagem principal: Daniel Blake. Blake é um homem idoso que busca adquirir acesso a um tipo de auxílio financeiro – uma espécie de “seguro” – voltado para pessoas incapacitadas de trabalhar devido a condições adversas. No caso de Blake, graves problemas cardíacos, atestados por sua médica, impossibilitam a permanência no mercado de trabalho. Durante todo o filme, presenciamos as enormes dificuldades burocráticas enfrentadas pelo personagem principal para conseguir comprovar a condição de debilidade de sua própria saúde e, assim, tornar-se apto ao auxílio pretendido. Dessa forma, poderíamos dizer que, no filme, Blake sofre os efeitos deletérios do enfraquecimento das operações de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991) típico do encolhimento gradativo do *welfare state*.

⁵ Conferir a entrevista realizada com o cineasta pelo Instituto Humanitas Unisinos em Loach (2019).

⁶ Conferir entrevista realizada com Ken Loach pelo jornal El País em 2017. Inclusive, vale ressaltar uma fala em particular do cineasta nesta mesma entrevista. Quando perguntado “A situação lembra *Cathy Come Home*, seu filme de 1966 sobre uma família jovem que está na rua. O que mudou em 50 anos?”, Loach responde a partir de um diagnóstico que muito se assemelha ao argumento central do artigo: “Agora é pior. Naquela época, os elementos do Estado de bem-estar ainda funcionavam, agora não. A sociedade, hoje, não está tão coesa. Acontece em toda a Europa. O sistema se tornou pior porque o processo capitalista avança.”. Ver Loach (2017).

⁷ De acordo com os textos, este dado não pode ser menosprezado. Segundo Guimarães (2015), a ascensão de Thatcher ao parlamento do Reino Unido representou um dos períodos de maior enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social outrora vigente. Dessa maneira, não seriam os filmes de Ken Loach representações relevantes das consequências sociais das medidas neoliberalizantes adotadas a partir da gestão de Thatcher?

Além dele, as experiências de outros personagens retratados também iluminam pontos específicos do debate. O caso de Katie, por exemplo, é bastante singular. Desde os primeiros contatos com Daniel Blake, percebemos que a personagem faz parte de um grupo cada vez maior: jovens que decidiram abandonar seus estudos devido a condições financeiras precarizadas. Diante da descontinuidade da formação técnica, tais jovens também enfrentam dificuldades de conseguir empregos com condições básicas e salários razoáveis. Assim, o problema se retroalimenta: a possibilidade quase exclusiva de ocupações sub-remuneradas implica na manutenção do afastamento em relação aos estudos, o que, por sua vez, colabora para que o horizonte de expectativas destes jovens continue sendo o espaço do mercado informal e/ou do emprego precarizado⁸. Inclusive, os dilemas da personagem de Katie fornecem o material básico de algumas das cenas mais impactantes do filme – como é caso do momento no qual ela, seus filhos e Blake conseguem acessar um serviço de cestas básicas e, diante da oferta de alimentos, Katie abre uma das latas disponíveis e começa a comê-la desesperadamente, alegando que estava com muita fome há dias.

Apesar da pequena participação, o caso de China também merece destaque. O personagem, vizinho de Daniel Blake, explicita de outra maneira a relação tensa entre juventude e trabalho nos dias de hoje. Em um determinado momento do filme, China afirma que está cansado de “empregos porcaria”, o que o motiva a “empreender” no comércio informal de tênis que imitam fielmente modelos originais ligados a marcas conhecidas. Sendo assim, com tal personagem, o diretor Ken Loach também aborda o crescimento do mercado informal como alternativa para a manutenção de condições mínimas de sobrevivência para parcelas significativas de jovens nos dias de hoje.

Assim, o filme *Eu, Daniel Blake* aborda diferentes dimensões do esfacelamento gradativo do Estado de Bem-Estar Social, manifestas principalmente pela dificuldade de acesso a auxílios financeiros e pela questão da precarização do trabalho. O final do filme, marcado pelo falecimento do personagem principal no momento em que ele finalmente poderia adquirir o auxílio financeiro, marca a gravidade do enfraquecimento do aparato estatal no que diz respeito à garantia mínima de determinados amparos institucionais. Evocando a associação entre direitos e cidadania, típico do *welfare state*, Katie encerra o velório do personagem lendo uma carta de sua autoria na qual Blake afirma: “Eu sou um homem, não um cachorro. Eu, Daniel Blake, sou um cidadão”.

Você Não Estava Aqui

No filme mais recente de Ken Loach, somos apresentados a alguns dos dramas mais corriqueiros na vida dos trabalhadores submetidos a plataformas de aplicativos. Desde a crise de 2008 - relatada no filme como “a grande crise” –, o personagem principal, Ricky,

⁸ Aliás, esse tipo de cenário, bastante comum na realidade social de países periféricos como o Brasil, suscita o desenvolvimento de organizações comunitárias que visam a atuar sobre problemas relacionados às dificuldades de conciliação entre trabalho e estudos/formação intelectual, como é o caso do Instituto de Outros Estudos (IOE). Vale a pena conferir o artigo *Um ouvido feito de vozes: construindo o Instituto de Outros* (TUPINAMBÁ *et. al*, 2020).

perdeu o emprego e começou a realizar uma série de “bicos”, evidenciando o aprofundamento da precarização geral e da expansão da condição periférica na última década. Inclusive, logo no primeiro diálogo do filme, Ricky afirma que “já fiz de tudo - até covas já cavei”. Nesse contexto, o personagem principal começa a trabalhar em uma empresa de entrega de encomendas. Na verdade, de acordo com o gestor da unidade de Ricky, aqueles que trabalham ali não são funcionários ligados à empresa, mas sim trabalham *com* a empresa (“Você não dirige para nós, você presta serviços”). Eles também não precisam “bater ponto” – basta que fiquem constantemente à disposição. A conversa inicial de *Você Não Estava Aqui* (2019) sintetiza os aspectos centrais das relações de trabalho entre as empresas de aplicativo e aqueles que “prestam serviço” para elas - a saber, conformação do trabalhador *just in time*, eliminação do vínculo empregatício, flexibilização extrema, nova forma de gerenciamento de trabalho baseado na “multidão” etc. (ABÍLIO, 2017; ANTUNES, 2018).

Na verdade, não seria o “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2019), pautado sobre as “empresas-aplicativo” (ABÍLIO, 2019), um dos maiores índices da expansão da condição periférica? O desenvolvimento de um sistema capitalista “plataformizado” (SRNICEK, 2017) demonstra que “a sociabilidade capitalista parece cada vez mais prescindir da organização do mundo do trabalho para garantir a organização dos processos de valorização” (TUPINAMBÁ, 2020). Algumas cenas do filme são bastante elucidativas destes pontos – como a necessidade do personagem principal de alugar/comprar a van com a qual vai trabalhar, a indicação de um colega de trabalho sobre a utilização de garrafas para urinar a fim de “não perder tempo” entre uma entrega e outra, as situações de trânsito intenso e longas distâncias, a ausência constante da presença de Ricky e sua esposa em relação à convivência com os filhos devido às demandas incessantes de seus respectivos trabalhos etc. Por meio dessa leitura, que enxerga no desenvolvimento tecnológico avançado das grandes empresas de aplicativos uma das faces da expansão da condição periférica, também é possível observar que a periferização do mundo não constitui um “regresso”, uma vez que “a precariedade crescente é, hoje, a forma mais avançada para a reprodução das formas sociais do capitalismo” (CANETTI, 2020b, p. 141).

Além disso, também neste filme Ken Loach traz à tona a relação entre juventude e mercado de trabalho. Em um dos momentos de discussão do personagem principal com seu filho, este afirma que não vê sentido em prosseguir com os estudos pois, por um lado, o ingresso na faculdade implica o acúmulo de dívidas; por outro, mesmo com a graduação, a possibilidade de não conseguir empregos cujas condições e salário sejam razoáveis continua sendo alta. A pergunta “Há empregos bons? Que empregos bons?”, realizada por este personagem evidencia o momento histórico atual como uma “era das expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014), na qual a estagnação das rendas mais baixas intensifica a descrença no progresso material do capitalismo (PRZEWORSKI, 2020).

Portanto, assim como o primeiro filme analisado, *Você Não Estava Aqui* (2019) também ilumina problemas recentes ligados ao esfacelamento do *welfare state* e à

expansão do processo de periferização global. Ao longo da trama, observamos o gradativo esgarçamento das relações familiares devido, em grande parte, à deterioração das condições de vida do personagem principal. O relato de um sonho constante de Abbie, esposa de Ricky, sintetiza a experiência cotidiana de boa parte dos trabalhadores assalariados nos dias de hoje: “Parece que quanto mais trabalhamos, mais nos afundamos na lama!”.

Considerações finais

O presente texto objetivou realizar uma discussão abrangente a respeito do desenvolvimento, consolidação e crise do Estado de Bem-Estar Social. Junto a isso, a partir da utilização das bases fundamentais da discussão sobre *welfare state*, busquei reforçar o seguinte argumento: o esfacelamento gradativo do Estado de Bem-Estar Social pode ser lido como um dos principais indicadores da emergência de uma nova configuração social marcada pela expansão da condição periférica. Desta forma, a periferização global produz um verdadeiro rearranjo na relação geopolítica entre centro e periferia do sistema capitalista, bem como afeta de maneira substantiva as condições materiais e os horizontes de expectativa predominantes em nossa época.

A fim de enfatizar o argumento principal do texto, mobilizei dois filmes recentes do cineasta britânico Ken Loach. A escolha de tais obras ocorreu devido ao fato de que ambas evidenciam algumas das principais características da experiência contemporânea da maior parte da classe trabalhadora, marcada pela flexibilização, estagnação das rendas mais baixas e precarização estrutural do trabalho. Assim, selecionei cenas e falas de *Eu, Daniel Blake* (2016) e *Você Não Estava Aqui* (2019) como forma de iluminar alguns dos problemas e questões trabalhados conceitualmente nas seções anteriores. Dessa maneira, acredito que a mobilização crítica dos filmes em questão possa trazer importantes ferramentas analíticas para o debate a respeito das reflexões elaboradas pelos pensadores utilizados ao longo do texto.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Passa Palavras, Campinas, 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/> . Acesso em: 01 maio 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado”. *Psicoperspectivas*, v. 18, nº 3, p. 41-51, 2019.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo: A experiência da história numa era de expectativas decrescentes. São Paulo: Boitempo, 2014.

BECK, Ulrich. O que é Globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados”. *In: Economia e Sociedade*, v. 4, nº 1, p.11-20, 1995.

BERNSTEIN, Eduard. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. “Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora”. *Caderno CRH*, v. 28, nº 75, p. 529-544, 2015.

CANETTIERI, Thiago. “Uma maldição tropical: notas sobre o devir-periferia do mundo”. *Revista Porto Alegre*, 2020a. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/uma-maldicao-tropical-notas-sobre-o-devir-periferia-do-mundo/> . Acesso em: 01 maio 2021.

CANETTIERI, Thiago. A condição periférica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020b.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. New York: Routledge, 2012.

DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. “As três economias políticas do Welfare State”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 24, p. 85-116, Set 1991.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. “Economia, instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, nº 3, p. 617-650, 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KERSTENETZKY, Célia. “Sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social: retração, transformação fáustica ou o que?” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, nº 22, p. 447-485, 2011.

LESSA, Sérgio. *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LOACH, Ken. “O Estado cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua”. [Entrevista concedida a] Pablo Guimón. *El País*, Londres, jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/22/cultura/1477145409_049665.html?id_externo_rsoc=Fb_BR_CM&fbclid=IwAR2Jgans003B1dye_Xq3c8S8-MVdSrsu-fMKg0hq6GL-j1Q5KC7m8mvuw. Acesso em: 01 maio 2021.

LOACH, Ken. “Sou um velho socialista ancorado na realidade”. Entrevista com Ken Loach. Instituto Humanitas Unisinos, Rio Grande do Sul, nov. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593987-sou-um-velho-socialista-ancorado-a-realidade-entrevista-com-ken-loach%20>. Acesso em: 01 maio 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. “Prefácio à Contribuição à crítica da economia política”. *In*: BOTELHO, André (Ed.). *Essencial sociologia*. São Paulo :Penguin Classics :Companhia das Letras, 2013a.

MARX, Karl. “Manifesto do Partido Comunista”. *In*: BOTELHO, André (Ed.). *Essencial sociologia*. São Paulo :Penguin Classics :Companhia das Letras, 2013b.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PRZEWORKI, Adam. “A socialdemocracia como um fenômeno histórico”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 15, p. 41-81, 1988.

PRZEWORKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SRNICEK, Nick. Platform capitalism. John Wiley & Sons, 2017.

TUPINAMBÁ, Gabriel. “Um pensador na periferia da História”. Revista Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/um-pensador-na-periferia-da-historia/>.

TUPINAMBÁ, Gabriel *et al.* “Um ouvido feito de vozes: construindo o Instituto de Outros”. Revista de Estudos Hum(e)anos, vol. 8, n. 1, p. 123-136, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. “Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação”. In: BRUNO, Fernanda *et al.* Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 17-68, 2019.

Recebido em: 03/05/2021

Aprovado em: 10/03/2022